



# SINTESPE

Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Estadual de SC

filiado a



Siga-nos



Praça Olívio Amorim, nº 82 - Centro - Florianópolis/SC - CEP: 88020-090 - Julho 2015 - (48) 3223-6097 / [www.sintespe.org.br](http://www.sintespe.org.br)

# O BICHO É FEIO, mas não nos amedronta!

Nas últimas semanas aumentou a estridência dos porta-vozes do imperialismo no Brasil. Claro que eles não estão preocupados com a situação de vida dos trabalhadores. Eles só querem melhores condições para que seja aprofundada no país a aplicação da política exigida pela especulação, diante da crise do sistema capitalista mundial, a maior dos últimos 84 anos.

O governo Dilma está fragilizado pela aplicação da política comandada pelo ministro Joaquim Levy, que só faz piorar a cada dia as condições de vida da maioria do povo trabalhador brasileiro.

Mas, atenção: a força que impôs a vitória nas urnas em 2014, a força dos setores organizados da classe trabalhadora brasileira não aceita pagar o preço da crise. E essa força não saiu de cena.

Um bom exemplo é o da Federação Única dos Petroleiros (FUP) que elegeu a defesa da Petrobras e do Pré-sal com centro de sua campanha salarial. Os petroleiros estão em luta contra os ataques que vêm do PSDB, que quer acabar com o regime de partilha no pré-sal. Um ataque bem preparado pela

operação Lava Jato.

A CUT, que durante todo primeiro semestre organizou a luta em defesa dos direitos dos trabalhadores, reafirma sua posição contrária ao “plano recessivo e regressivo” e chama para manifestações nos estados diante das sedes do Banco Central e em Brasília contra a política de ajuste fiscal de Levy.

Os trabalhadores não aceitam o desmantelamento da nação!

E, frente a um governo Dilma acuado e seu partido paralisado, os trabalhadores valem-se das suas organizações e ocupam seu lugar na defesa dos direitos e dos empregos que estão sendo colocados em risco com a execução da política do ajuste que, a depender do ministro Levy, está só no começo.

É preciso ter claro que a luta não está fácil. Que o diga os professores da rede pública de São Paulo e do Paraná que, após longas e duras greves, enfrentaram a intransigência dos governos e não tiveram vitórias. Isso acontece também porque a chamada “meta de superávit primário de 70 bilhões” do governo federal conta com o “apoio” dos estados, que

deverão colaborar para o superávit com cifra equivalente a quase R\$ 11,046 bilhões. Isso significa que mais cortes e mais arrocho virão em todos os estados e também nos municípios.

Frente ao quadro difícil, precisamos nos apoderar dos elementos da situação econômica e explicar que, diferente do que dizem todos os governos, o ajuste não é inevitável; há saída para garantir e ampliar direitos e defender os empregos!

## Para onde está indo o dinheiro?

O Diesse/SC nos explica que, no país, para pagar a chamada Dívida Líquida do Setor Público transfere-se na forma de juros o equivalente a quase 6% do PIB para os credores da dívida, algo próximo a R\$ 300 bilhões no ano (nos últimos 12 meses foram R\$ 377 bilhões, 6,7% do PIB).

Em Santa Catarina assim como em todo o país, gasta-se fortunas com a dívida pública. Entre 2010 e 2014 os juros pagos pelo estado equivaleram a 15,5% da Receita Líquida Real, o que representou no período um desembolso acumulado de quase R\$ 5 bilhões!

## E a sonegação e as isenções fiscais?

No Brasil, a sonegação fiscal desvia mais de R\$ 500 bilhões por ano. Outra verdadeira fortuna. Em Santa Catarina ninguém sabe o que se faz para enfrentar o problema, mas sabemos que o estado destina outra fortuna através de renúncia fiscal em nome de não se sabe o que.

### Mas vamos à luta!

### Construir a greve geral!

Vamos estar com nossa delegação no Congresso da CUT para combater pela construção de um plano de lutas, que esteja centrado na luta contra o Ajuste do Plano Levy e permita construir a unidade dos trabalhadores rumo a uma Greve Geral para derrotar essa política!

A situação é difícil, mas não estamos derrotados!

Vamos nos preparar para segundo semestre de lutas. Vamos enfrentar a ofensiva reacionária, o que começa, acima de tudo, pela defesa dos interesses dos trabalhadores e da nação, contra a política econômica colocada em marcha para atender aos interesses da especulação financeira.

### Abaixo o plano Levy!

## Sindicato discute reajuste e jornada de trabalho para servidores da Defensoria Pública

Entre os temas discutidos estiveram a redução da jornada de trabalho e o reajuste de subsídios dos servidores, que estão congelados há mais de três anos. **Página 4**

## Decisão judicial determina fim de descontos e favorece servidores do Imetro/SC

O SINTESPE conquistou mais uma vitória para sua base de servidores. **Página 3**

## A polêmica transformação do IPESC em IPREV

A transformação do IPESC em IPREV foi muito mais do que apenas uma troca de sigla e desde aquela época os sindicatos e movimentos sociais – que se posicionaram contra – já alertavam para as inseguranças que viriam. **Página 2**

## Administrativos da SJC reivindicam novo Plano de Cargos e Salários

Luta pelo adicional de risco de vida e manifestação contra discriminação marcaram ato realizado em Florianópolis. **Página 4**

## SINTESPE realiza visitas nos locais de trabalho

Durante os últimos meses os dirigentes do SINTESPE colocaram o pé na estrada para conversar com os trabalhadores, reforçar a luta e verificar as condições de trabalho oferecidas pelo Governo. **Página 2**

## Esclarecimentos sobre a devolução do imposto sindical

O SINTESPE sempre se posicionou contra esta contribuição e em 2012 foi aprovada a resolução de que o sindicato irá devolver integralmente os valores recebidos do imposto sindical. Atualmente o sindicato encontra-se impossibilitado de fazer as movimentações necessárias para a devolução do imposto, já que

estamos no aguardo de decisão judicial. O nosso compromisso está mantido e as referidas devoluções serão realizadas assim que for possível. No congresso do SINTESPE será discutida uma proposta de devolução do Imposto Sindical apenas aos filiados.

# A polêmica transformação do IPESC em IPREV

## Problemas recentes na Previdência do Estado já tinham sido antecipados pelo movimento sindical há sete anos

O primeiro semestre do ano de 2008 foi movimentado por um polêmico projeto que tramitou na Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina. A transformação do IPESC em IPREV foi muito mais do que apenas uma troca de sigla e desde aquela época os sindicatos e movimentos sociais – que se posicionaram contra – já alertavam para as inseguranças que viriam caso o mesmo fosse aprovado.

O Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina, batizado inicialmente de IPESC, foi criado através da Lei nº 3.138 de 11 de Dezembro de 1962 e sua função era administrar os benefícios previdenciários dos servidores públicos do estado. Em 2008, após 45 anos de funcionamento, o IPESC foi extinto com a aprovação do Projeto de Lei Complementar nº 50/07, que criou o

IPREV.

Com o novo regime de previdência foram criados dois fundos: o financeiro e o previdenciário. Na época, o relator – Deputado Herneus de Nadal (PMDB) – bem como o Governo do Estado defenderam a criação do IPREV ao alegar que era necessário adequar-se a mudanças praticadas em Lei Federal, o que criava uma contradição, afinal a Lei Federal não permitia que dois regimes previdenciários estivessem em vigência.

Antes da aprovação foram realizadas nove audiências públicas entre os dias 9 e 19 de junho de 2008 nas cidades de Florianópolis, São Miguel do Oeste, Chapecó, Joaçaba, Criciúma, Lages, Rio do Sul, Blumenau e Joinville. Ao criar um calendário tão apertado, o Governo tentou dificultar o acompanhamento das entidades e

sindicatos e também negou a mudança nas datas das audiências que discutiram o IPREV, mas mesmo assim o SINTESPE se fez presente em todas elas. O Governo inclusive não respeitou as deliberações dessas audiências, já que as mesmas apontaram para a retirada do projeto.

Outra controvérsia diz respeito à emenda nº 91, que autoriza o Governador a indicar o presidente do IPREV para ocupar uma vaga no Conselho de Administração da autarquia, sendo esta uma ingerência do poder executivo. E por falar em vagas, o que também não se falava em relação ao deputado Herneus de Nadal é que o mesmo vendeu o IPESC em troca de uma vaga no Tribunal de Contas do Estado.

Na época, quase dois mil servidores acompanharam a votação e discussão da matéria que atingiria 124 mil servidores públicos. Apesar da forte manifestação dos trabalhadores, o projeto foi aprovado por 24 votos a favor e 14 contra, em mais uma lamentável vitória do Governo, que possuía maioria no Parlamento.

Servidores, sindicatos e deputados posicionaram-se contra o PLC 50/07, alertando para a retirada de direitos, o ataque à isonomia com a criação dos dois fundos e para o fato de que o mesmo abria a possibilidade futura de aumento da alíquota de contribuição para o servidor. A intenção do Governo

ao criar dois fundos também era de dividir a classe trabalhadora e gerar atrito entre servidores ativos e inativos, situação que acaba com a chamada “solidariedade entre gerações”, afinal as reposições feitas para os servidores públicos da ativa deixam de fora os servidores aposentados.

Desde o início do ano de 2008, o movimento sindical alertava para o grande perigo que seria a aprovação do IPREV, especialmente porque os recursos estariam disponibilizados para o mercado financeiro. Na eventualidade de uma crise econômica o fundo poderia ser abalado e o Governo poderia alegar que não teria como pagar as aposentadorias. Sete anos depois o Governo do Estado anuncia que, em 2015, seria necessário mais uma reforma na previdência de Santa Catarina.

Os chamados “ajustes” na previdência tem o objetivo de evitar um novo rombo no caixa do estado e equilibrar as contas públicas, já que o déficit previdenciário, segundo o Governo, ultrapassa os R\$ 3 bilhões. Atualmente existem duas situações que estão em estudo: a primeira trata da criação de um fundo complementar - sendo este o terceiro - e a segunda situação prevê o aumento da alíquota de contribuição de 11% para 14%.

O problema do estado não foi resolvido com o PLC 50/07 e

novamente é o servidor público estadual que poderá pagar a conta quando a reforma previdenciária for anunciada. Na era do IPESC, a contrapartida do Governo era de 22%, enquanto que a do servidor era de 11%. Já o IPREV reduziu a contrapartida do estado para 11% e manteve o mesmo para o servidor. E o que deverá acontecer nessa próxima fase? É possível que, caso seja criado um novo fundo, o percentual de contribuição do Governo venha a ser reduzido ainda mais, podendo variar entre 7% e 8%.

O caso Cepon

Outra polêmica envolvendo o IPESC é a doação do terreno que abriga o Centro de Pesquisas Oncológicas (Cepon), em Florianópolis. O mesmo era considerado patrimônio dos servidores públicos do estado e foi doado para a Fundação de Apoio ao Hemosc/Cepon (Fahece), responsável pela administração do Cepon. O processo aconteceu através de escritura, em 2006, porém a legislação estadual não permitia a doação de bens para parceiros do setor privado desde o ano de 2004. Em junho deste ano, o Ministério Público de Santa Catarina (MPSC) abriu um procedimento preparatório para investigar se houve descumprimento da Lei Estadual 12.084/2001. A reversão ou não da doação deverá ser analisada e decidida ainda no segundo semestre de 2015.

### BALANCETE SINTESPE

#### DEMONSTRATIVO DE RECEITAS E DESPESAS

RECEITA	novembro/2014	dezembro/2014	janeiro/2015	fevereiro/2015
Mensalidade de Associados	157.117,90	304.666,64	8.928,11	156.562,40
Receita de Aplicações	8.921,48	10.371,11	9.992,67	8.933,21
Receita de Locação	164,00	72,00	-	-
Receita de Precatórios	2.654,86	4.422,39	1.370,47	5.745,31
<b>TOTAL DAS RECEITAS</b>	<b>168.858,24</b>	<b>319.532,14</b>	<b>20.291,25</b>	<b>171.240,92</b>
<b>DESPESA</b>				
<b>PESSOAL E ENCARGOS</b>	<b>65.581,33</b>	<b>98.087,84</b>	<b>89.328,35</b>	<b>76.189,25</b>
<b>DESPESAS GERAIS</b>				
Água e Esgoto	189,28	252,10	189,28	289,28
Combustíveis e Lubrificantes	287,15	478,04	226,00	712,00
Correios e Malotes	6.953,10	118,90	10.506,45	100,00
Energia elétrica	694,69	836,49	893,01	1.079,08
Serviços de Limpeza	-	-	240,00	-
Fotocópias	-	414,30	-	-
Honorários Profissionais	2.500,00	2.500,00	2.664,00	3.036,00
Locação de Equipamentos	250,00	70,00	250,00	-
Manutenção em Programas e Site	1.903,06	1.904,86	1.990,66	1.988,59
Manutenção em Veículos	1.010,00	-	-	40,00
Manutenção e Resaro	6.638,93	6.809,02	4.898,94	2.737,35
Material de Copa e Cozinha	390,98	470,88	170,91	118,70
Material de Expediente	362,30	1.301,90	119,00	301,00
Material de Higiene	76,30	298,15	145,50	31,00
Outras Despesas	335,15	47,79	73,74	321,56
Seguradora Patrimônio	205,68	205,68	205,68	240,53
Seguros	970,63	996,86	996,86	1.302,51
Serviços de Terceiros - PJ	1.260,00	-	623,50	480,00
Telefones e demais comunicações	3.445,75	5.075,58	1.879,86	2.813,52
Tarifas Bancárias	105,80	105,80	105,80	137,60
<b>IMPRESSA E DIVULGAÇÃO</b>				
- Adesivos/Panfletos/Impressos/Faxion	900,00	780,00	4.220,00	70,00
- Livros/Jornais/Revistas	2.024,92	830,00	1.850,00	1.823,64
- Rádio/TV/Som/Kit	1.370,00	810,00	750,00	1.000,00
<b>ATIVIDADES SINDICAIS</b>				
- Assembléias	11.213,26	-	95,75	-
- Cursos e Semínrios	6.885,11	-	906,03	-
- Viagens	1.426,15	11.737,57	935,89	182,51
- Doações	-	-	-	200,00
- Contribuição a CUT	15.698,60	15.698,60	15.698,60	15.698,60
- DESSE	543,61	543,61	543,61	543,61
<b>ASSESSORIA JURÍDICA/CUSTAS/CÁLCULOS</b>	<b>8.182,11</b>	<b>6.788,63</b>	<b>5.835,53</b>	<b>1.281,97</b>
<b>DIRETORIA E REPRESENTANTES</b>				
- Resmão de Diretoria	87,69	699,37	3.246,85	436,09
- Diretoria Liberada	2.265,56	2.949,35	1.574,66	1.533,11
- Ajuda de Custo *	820,00	820,00	820,00	820,00
- Auxílio de Custo **	3.462,60	3.462,60	3.462,60	3.462,60
<b>NÚCLEO REGIONAL DE LAGES</b>	<b>2.072,97</b>	<b>2.064,41</b>	<b>2.656,42</b>	<b>2.093,41</b>
<b>NÚCLEO REGIONAL DE CHAPECÓ</b>	<b>1.316,96</b>	<b>1.301,69</b>	<b>1.312,79</b>	<b>1.378,68</b>
<b>NÚCLEO REGIONAL DE JOINVILLE</b>	<b>1.503,85</b>	<b>1.296,20</b>	<b>1.583,80</b>	<b>1.596,83</b>
<b>NÚCLEO REGIONAL DE CRICIÚMA</b>	<b>587,55</b>	<b>482,84</b>	<b>482,84</b>	<b>482,84</b>
<b>TOTAL DAS DESPESAS</b>	<b>152.916,37</b>	<b>179.273,26</b>	<b>160.894,71</b>	<b>125.881,86</b>

\* Antônio Colombo Dias

\*\* Mário Antônio do Silveira, Sebastião Teófilo Amorim e Wolney Adilson de Roche Chacra

OBSERVAÇÃO: Balancetes elaborados pelo Regime de Caixa.

### NA ESTRADA

## SINTESPE realiza visitas nos locais de trabalho

Durante os últimos meses os dirigentes do SINTESPE colocaram o pé na estrada para conversar com os trabalhadores, reforçar a luta e verificar as condições de trabalho oferecidas pelo Governo. As visitas aconteceram por diversas cidades do estado e novos locais deverão ser visitados nos próximos meses.

Os representantes e dirigentes do SINTESPE passaram pelas cidades de São Lourenço do Oeste, Campo Erê, São José

do Cedro, Maravilha, São Miguel do Oeste, Descanso, Chapecó, Concórdia e Palmitos. A mobilização para as lutas, a campanha de filiação e a eleição de representantes por local de trabalho estiveram entre os principais objetivos das visitas.

A intenção do sindicato é permanecer cada vez mais em contato com sua base, verificando as condições de trabalho e prestando esclarecimentos para seus filiados. A partir das conversas com os trabalhadores

serão mapeados os problemas a serem reivindicados futuramente junto ao Governo do Estado.

Nossos dirigentes também estão mobilizando a base para o Congresso do SINTESPE, que está programado para acontecer entre o final do mês de outubro e o início do mês de novembro. Além disso, cidades do norte e do sul de Santa Catarina deverão ser inseridas no cronograma de visitas do sindicato e as mesmas devem acontecer nas próximas semanas.

CONQUISTAS

# Decisão judicial determina fim de descontos e favorece servidores do Imetro/SC

O SINTESPE conquistou mais uma vitória para sua base de servidores. Em decisão judicial, publicada no dia 7 de julho, ficou determinado que o Imetro/SC deixe de descontar dos trabalhadores o valor do auxílio alimentação para servidores em viagem.

Deverão ser beneficiados todos os servidores do Imetro/SC que estavam associados ao SINTESPE desde o dia 12 de setembro de 2014, data em que foi ajuizado o mandado de segurança coletivo. A sentença tem efeitos retroativos à data em que o auxílio alimentação deixou de ser pago.

Apesar da possibilidade do órgão recorrer da sentença, a mesma deve ser cumprida imediatamente. Portanto, o

SINTESPE conta com a colaboração dos servidores do Imetro/SC para reivindicar e se fazer cumprir a ordem judicial. Os descontos têm sido praticados indevidamente desde agosto de 2014.

## Intimação

O Imetro/SC foi informado sobre a sentença através de ofício no dia 3 de julho e já tem conhecimento que a mesma deve ser cumprida imediatamente. Se o órgão está insistindo com os descontos ele está descumprindo a ordem judicial. “Se o Imetro/SC insistir em não cumprir a ordem judicial temos que comprovar que isso está ocorrendo e pedir que se estabeleça multa diária pelo descum-

primento. Quanto aos descontos já realizados: como a sentença concede efeitos retroativos à data do início dos descontos ilegais também vamos insistir para que o Imetro/SC apure e pague logo os valores descontados desde agosto de 2014”, afirmou o assessor jurídico do SINTESPE, Jayson Nascimento.

## Anulação de faltas da greve

“Quanto a ação ajuizada pelo SINTESPE, que visa anular as faltas relativas à greve e a devolução dos dias descontados, o processo não tem previsão de sentença. Porém, o sindicato irá peticionar no processo dando ciência ao juízo sobre o decreto

nº 244/2015 - através do qual o Governador do Estado dá anistia às faltas das greves do Magistério dos anos de 2012 a 2014, que deixarão de ser computadas para efeito de progressão funcional. Assim como os dias da greve deste ano (2015), desde que comprovada a reposição. Neste caso vamos pedir tratamento isonômico, tanto na esfera judicial quanto na esfera administrativa, pois, não pode prevalecer a política de “dois pesos duas medidas”, declarou o assessor jurídico do SINTESPE, Jayson Nascimento.

## Retomada de diálogo

Mantendo sua missão de defender os direitos dos trabalhadores foi protocolado no dia

22 de junho um ofício com o objetivo de reafirmar a intenção de manter o diálogo entre o SINTESPE e a presidência do Imetro/SC. Dessa forma será possível discutir e obter respostas quanto às reivindicações dos servidores. A proposta é agendar uma reunião de negociação para que sejam encaminhadas soluções para cumprimento do acordo de greve de 2014 e deixar o presidente Elmis Mannrich a par das reivindicações dos trabalhadores. O SINTESPE também reafirma que não medirá esforços para mobilizar a categoria e permanecerá na luta por um canal de negociação até que as reivindicações sejam atendidas pelo governo estadual.

REIVINDICAÇÕES

# Sindicato discute reajuste e jornada de trabalho para servidores da Defensoria Pública



Servidores e representantes do SINTESPE estiveram presentes na Defensoria Pública do Estado de Santa Catarina, no dia 27 de julho, para uma reunião que teve como objetivo tratar das reivindicações dos servidores públicos. Entre os temas discutidos estiveram a redução da jornada de trabalho e o reajuste de subsídios dos servidores, que estão congelados há mais de três anos.

Também participaram do encontro o Corregedor da Defensoria Pública de Santa Catarina, George Zacarão, o

defensor Público Geral, Ivan Ranzolin e o presidente da Associação dos Servidores da Defensoria Pública. Com relação ao reajuste de subsídios dos servidores públicos, Ivan Ranzolin enfatizou que existe a necessidade de analisar financeiramente essa questão e isso precisa ser feito junto ao Secretário da Fazenda, Antonio Gavazzoni. O Defensor Público se comprometeu em participar e mediar uma reunião entre o sindicato e os representantes dos servidores junto ao secretário.

Outra reivindicação trata da redução da jornada de trabalho, que poderá ser passar de 8 para 6 horas. **Para o Diretor de Comunicação do SINTESPE, Wolney Chucre, “é plenamente factível, uma vez que podem se encaixar no decreto 556 de 7 de agosto de 2003 sem prejuízo do atendimento ao público”.** Ranzolin se comprometeu a realizar um estudo e o mesmo deverá pautar a reunião do próximo conselho, prevista para o dia 5 de agosto.

CONGRESSO

# SINTESPE está organizado para o 12º CECUT

Na segunda quinzena de agosto acontece em Florianópolis o 12º Congresso Estadual da CUT e o SINTESPE não ficará de fora. Em junho, foram eleitos 22 delegados que deverão participar das discussões que envolvem o plano de lutas e a análise de conjuntura de Santa Catarina.

A eleição de delegados que representarão o SINTESPE no 12º CECUT aconteceu no dia 16 de junho nas dependências do sindicato. O congresso será realizado nos dias 19 a 21 de agosto, no Hotel Canto da Ilha em Florianópolis. Além da análise de conjuntura a nível estadual, nacional e internacional, o evento deverá organizar o plano de lutas, a alteração estatutária, bem como a

avaliação e elaboração de estratégias.

As propostas aprovadas no CECUT serão encaminhadas para o 12º CONCURTO, o Congresso Nacional da CUT, que está programado para acontecer entre os dias 13 a 17 de outubro. O tema deste ano é “Educação, Trabalho e Democracia: Direito não se reduz, se amplia”. De acordo com o texto de conjuntura da CUT Nacional, o atual cenário político e econômico do Brasil é muito adverso para a classe trabalhadora e será necessário um posicionamento firme, bem como uma estratégia de alianças e de acumulação de forças para enfrentar a situação e fortalecer a luta dos trabalhadores.

## Agenda da CUT-SC:

GÊ E	HORA	ATIVIDADE	LOCAL
28 Julho	10:00	Ato em Protesto contra Atual Política Econômica do Governo	Brasília/DF
11 a 12 Agosto	10:00	Marcha das Margaridas	Brasília/DF
11 agosto	-	Seminário Saúde do Trabalhador dos Municípios de Chapecó “Trabalhar sim, adoecer não”	Sede da entidade Chapecó
19 a 21 Agosto	09:00	12º CECUT	Escola Sul - Fpolis
28 Agosto	-	Aniversário da CUT	-
13 a 17 Outubro	-	12º CONCURTO	Anhembi - São Paulo

# Administrativos da SJC reivindicam novo plano de cargos e salários

## Luta pelo adicional de risco de vida e manifestação contra discriminação marcaram ato realizado em Florianópolis



Munidos de faixas, apitos e balões cerca de 60 servidores técnicos e administrativos deram seu recado para a secretária Ada de Luca na tarde de 10 de junho. O ato aconteceu em frente à Secretaria de Estado da

Justiça e Cidadania e os trabalhadores reivindicaram um novo plano de cargos e salários, lutaram contra a discriminação e pediram pelo pagamento do

risco de vida. O encontro começou na manhã do dia 10, com concentração dos trabalhadores no SINTESPE. O ato foi iniciado às 14h e a categoria mostrou-se mobilizada e disposta a cobrar

do Governo aquilo que lhe é de direito. Além da fala de dirigentes do sindicato, os trabalhadores deram seus depoimentos e denunciaram a falta de pessoal nos locais de trabalho, questionaram o slogan da Secretaria ("sistema humanizado, cidadania respeitada") e expuseram o caso de profissionais, como médicos e dentistas, que estão pedindo demissão por conta dos baixos salários e das péssimas condições de trabalho oferecidas pelo Governo no sistema prisional.

A secretária Ada de Luca recebeu os dirigentes do

SINTESPE e um grupo de trabalhadores por volta das 15h20min em uma reunião que se estendeu por quase uma hora. Dois importantes encaminhamentos foram conquistados no ato: o primeiro deles é o pedido lotacional, que deverá ser realizado pelo setor jurídico da SJC em um processo que deverá transcorrer administrativamente, a fim de evitar mais demoras; o segundo encaminhamento é a formação de uma comissão, que deverá se reunir com Décio Vargas, do Coner, para a discussão do plano de cargos e salários.

Outras lutas também foram

lembradas na ocasião, como o não cumprimento da Lei de Data Base, os cargos terceirizados - que atendem a interesses políticos e partidários - e, principalmente, a luta pela unidade. É de conhecimento público que este Governo utiliza a estratégia de "dividir para conquistar", de maneira a fatiar as gratificações e negociações por grupos isolados, colocando os trabalhadores uns contra os outros e enfraquecendo a luta. A mobilização mostrou que os trabalhadores estão mais fortes, unidos e dispostos a não serem passados para trás.

### ESTAMOS DE OLHO

## CASEP de Chapecó necessita de melhorias urgentes



Superlotação, insalubridade e falta de estrutura. Estas são características observadas no CASEP de Chapecó durante visita realizada pelo SINTESPE no final do mês de junho. Para agravar a situação, a unidade deverá ter seu número de profissionais reduzidos nos próximos meses.

Representantes do SINTESPE, juntamente com o presidente do sindicato, Maurino Silva, visitaram o CASEP para mapear as condições de trabalho e infraestrutura do sistema. O que

o sindicato observou é que não existe estrutura adequada para os trabalhadores. Os servidores administrativos, psicólogos e pedagogas contam apenas com uma sala, que anteriormente era utilizada como depósito. O local é fechado,

insalubre, úmido, com ausência de luz e com apenas uma janela, que nem abre por completo. O local tem apenas um banheiro e para utilizá-lo é necessário atravessar um corredor onde os menores realizam suas atividades.

Outra preocupação diz respeito ao número de profissionais, que poderá ser reduzido nos próximos meses. O motivo disso é o término de contratos de psicólogas e de servidores, que se encerra em agosto. Caso não sejam

renovados os contratos, o efetivo não dará conta de atender todas as demanda do CASEP. A superlotação também foi um problema observado, já que o Centro deveria operar com um número máximo de 10 internos e na ocasião a unidade apresentou excedente, com 19 jovens acolhidos.

O Centro de Atendimento Socioeducativo Provisório (CASEP) de Chapecó atende jovens por um período máximo de 45 dias enquanto eles aguardam definição da medida socioeducativa. O Centro é de administração direta do Governo do Estado, através do Departamento de Administração Socioeducativa. O SINTESPE atenta para a necessidade urgente de melhorias na estrutura, tanto para os menores quanto para os servidores.

### GOVERNO FEDERAL

## Federais paralisam atividades no IFSC em todo estado



Em greve desde o dia 8 de julho, os servidores federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica aderiram à greve em 12 unidades do IFSC em todo o estado. As atividades foram gradativamente sendo ampliadas e o Comando de Greve prevê que o crescimento nas adesões será ainda maior após a realização de um Ato Público Unificado. As entidades irão enviar representantes na Marcha Unificada dos Servidores Federais, que acontece em Brasília.

O Comando de Greve da Seção IFSC (CGS-IFSC) está mobilizado em várias atividades pelos campi do IFSC, reunindo-se com representantes de outros comandos de greve dos servidores Públicos Federais.

A intenção é unir as categorias em reivindicações comuns.

As lutas dos servidores federais incluem reposição salarial do período de 2010 a 2015 - de 27,3% - em 2016, direito de negociação coletiva e data-base. O ajuste fiscal do Governo é considerado pelo Sinasefe como um conjunto de medidas que cortam o dinheiro do serviço público e reduzem direitos trabalhistas e de aposentadoria. Como proposta governamental, é oferecido reajuste de apenas 5,5%. A luta é em defesa dos serviços públicos, gratuitos e de boa qualidade. O movimento conta com o apoio da população brasileira, principalmente dos usuários do serviço público federal.

\*Com informações de: Ana Carolina Madeira

## Estado pública nomeação de agentes penitenciários aprovados em 2013

Após mais de dois anos de espera, os homologados do concurso de 2013 da Secretaria de Justiça e Cidadania finalmente poderão ingressar em carreira no serviço público. A lista

foi divulgada no Diário Oficial do Estado em 15 de julho. A lista de novos servidores pode ser conferida no site e nas redes sociais do SINTESPE.

